



Um ano marcante

Manuel dos Santos

No próximo mês vão realizar-se eleições para os órgãos sociais da nossa Instituição.

Este acto eleitoral (antecipado) resulta, exclusivamente, do diploma legal que, ao criar a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC), tornou obrigatória a sua realização até ao fim do primeiro trimestre do corrente ano. Das eleições de 26 de Fevereiro sairá, portanto, a primeira equipa dirigente da nossa Ordem. Será também eleito o primeiro bastonário.

Se outras razões não existissem, estas seriam, a meu ver, suficientes para justificar uma enorme participação no próximo acto eleitoral.

Com efeito, é para mim claro que, ao interesse das próximas eleições, deve corresponder uma enorme participação eleitoral. Este é, assim, o meu apelo enquanto presidente da Assembleia Geral e, nesta qualidade, representante do conjunto de membros que integram a nossa classe. Como é sabido, apresentam-se às próximas eleições três candidaturas: uma assente, basicamente, no actual projecto de gestão da Instituição e as duas restantes que se identificam como alternativas a esse projecto.

Temos, por isso, condições para escolher e para escolher bem; na certeza, que eu asseguro, que as eleições serão justas e transparentes e decorrerão num ambiente de respeitabilidade que acentuará a coesão (na diversidade) da classe, fortalecendo, perante o exterior, a nossa OTOC. Sucede, também, que estas eleições ocorrem num ano de grandes mudanças ao nível do enquadramento da profissão. Não é apenas a criação da Ordem, que não é o fim da linha, mas é também a entrada em vigor do novo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) que provocará significativas mudanças nas atitudes e rotinas dos responsáveis pela contabilidade. O acompanhamento permanente dessas mudanças vinculará fortemente os próximos órgãos

sociais da Ordem. Assim, a consideração sobre a capacidade de proceder a esse acompanhamento não poderá deixar de ser um elemento muito importante na próxima escolha eleitoral. Por outro lado, e embora reconhecendo a extraordinária evolução verificada nos últimos dez anos, é indispensável prosseguir no objectivo de credibilização dos profissionais, “impondo-os” à sociedade como agentes dinâmicos e permanentes de mudança.

Nos tempos que se aproximam e, nem sempre pelas boas razões, a importância dos Técnicos Oficiais de Contas crescerá, significativamente. Infelizmente a cidadania fiscal é um conceito e, sobretudo, uma prática, que ainda existe de forma pouco clara na sociedade portuguesa.

Produzir os impulsos necessários para que os agentes económicos (todos, incluindo a Administração Pública) lutem por uma economia melhor é, também, uma obrigação dos TOC.

Para que esses objectivos possam ser atingidos com êxito, é absolutamente necessária uma liderança forte e respeitada. A força reconhecida e o respeito merecido começam por depender do nível de participação no próximo acto eleitoral. Conto, por isso, com o voto de todos, numa expressão democrática, de escolha e afirmação de uma classe profissional ímpar e indispensável no sistema económico do país. ■

Temos condições para escolher e para escolher bem; na certeza, que eu asseguro, que as eleições serão justas e transparentes e decorrerão num ambiente de respeitabilidade que acentuará a coesão (na diversidade) da classe.